

# 28º Exame de Ordem - 1ª fase - 2005

## Deontologia Jurídica

1. PAULO TEIXEIRA, Advogado inscrito na OAB-RJ, foi punido com uma pena de suspensão de 90 (noventa) dias. Durante o período da suspensão foi constituído pelo autor e ingressou no juízo cível com uma ação possessória, assinando a respectiva petição inicial. Qual a resposta correta?

- (a) Por ser Advogado, o ato processual praticado por Paulo Teixeira é válido, porém será ele novamente punido pela OAB-RJ por descumprir a pena de suspensão que lhe fora aplicada;
- (b) O ato processual praticado por Paulo Teixeira é anulável;
- (c) O ato processual praticado por Paulo Teixeira é anulável e poderá ele ser novamente punido pela OAB-RJ, por descumprir a pena de suspensão;
- (d) O ato processual praticado por Paulo Teixeira é nulo.

2. Um Advogado, regularmente inscrito na OAB-RJ e que está exercendo a advocacia, fez Concurso Público para Professor Assistente de Direito Civil da Faculdade de Direito da UERJ, foi aprovado e empossado.

Pergunta-se: Como fica a situação daquele Advogado junto à OAB-RJ e quanto ao exercício da advocacia?

- (a) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia normalmente, sem qualquer restrição;
- (b) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia, ficando, porém, impedido de advogar contra a Fazenda Pública que o remunera;
- (c) Será licenciado pela OAB-RJ e, conseqüentemente, não poderá exercer a advocacia durante o tempo em que for Professor da UERJ;
- (d) Terá sua inscrição na OAB-RJ cancelada e, conseqüentemente, não poderá mais exercer a advocacia, salvo se fizer nova inscrição na OAB.

3. PEDRO RIBEIRO, Advogado com domicílio profissional na Cidade do Rio de Janeiro e inscrito apenas na OAB-RJ, quer propor uma ação cível para seu Cliente na Comarca de Bom Jesus do Norte, Estado do Espírito Santo. O que é necessário para fazê-lo?

- (a) Pedro Ribeiro terá que promover uma inscrição suplementar na OAB-ES;
- (b) Pedro Ribeiro terá que transferir sua inscrição para a OAB-ES;
- (c) Pedro Ribeiro não fará nenhuma inscrição na OAB-ES, mas fica obrigado a comunicar à OAB-ES sua intervenção profissional naquele Estado;
- (d) Pedro Ribeiro pode propor aquela ação no Estado do Espírito Santo, sem necessidade de inscrição ou comunicação à OAB-ES.

4. Numa Audiência de Instrução e Julgamento na 44ª Vara Cível do Rio de Janeiro, quando fazia a sustentação oral, o Advogado do Réu injuriou e difamou o Advogado do Autor.

Pergunta-se: O que pode acontecer ao Advogado do Réu por tal comportamento?

- (a) Ser processado criminalmente, pelos crimes de injúria e difamação e também disciplinarmente (pela OAB), pelas ofensas proferidas contra o Colega;
- (b) Ser apenas punido pela OAB, pelas ofensas proferidas contra o Colega;
- (c) Ser advertido pelo Juiz da 44ª Vara Cível para não mais ofender o Colega, sob pena de ter a palavra cassada e também ser punido pela OAB, pelos excessos que cometeu;
- (d) Não sofrer qualquer punição, porque o Advogado tem imunidade profissional quanto à injúria e à difamação.

5. Qual das hipóteses abaixo fere disposição expressa do Código de Ética e Disciplina da OAB?

- (a) No curso de um processo cível, o Advogado do Autor entra em contato com o Advogado do Réu, objetivando um acordo para pôr fim àquele

processo;

(b) Um Desembargador aposentado voltou a exercer a advocacia e publicou pequeno anúncio num jornal de grande circulação, no qual incluiu, além de seu nome e número de inscrição na OAB, a condição de Desembargador aposentado;

(c) Um Advogado, empregado de uma empresa privada, se recusa a patrocinar uma causa daquela empresa, por considerar ilícita tal causa;

(d) O Advogado do autor de uma ação cível em andamento desistiu do patrocínio da mesma e notificou sua renúncia ao cliente, recusando-se, porém, a revelar o motivo de sua renúncia.

6. Convidado para substituir um Colega (que é Advogado do autor da ação) num processo em andamento e pretendendo aceitar o convite, como deve proceder o Advogado convidado?

(a) Ele deve examinar os autos do processo em questão e depois receber a procuração do autor, revogando a anteriormente outorgada ao Colega, e juntá-la aos autos do processo;

(b) Ele deve examinar os autos do processo em questão e pedir ao Colega que lhe outorgue uma procuração para substituí-lo naquele processo;

(c) Ele deve examinar os autos do processo e depois pedir ao Colega o seu substabelecimento ou sua renúncia ao mandato;

(d) Ele deve, primeiro, receber a procuração do autor, revogando a anteriormente outorgada ao Colega, juntá-la aos autos do processo e, depois, examinar os autos.

7. Um Advogado, regularmente inscrito na OAB-RJ e que já havia sido punido uma vez com suspensão, comete, constantemente, erros grosseiros no exercício da advocacia.

Pergunta-se: O que pode acontecer a tal Advogado?

(a) Ele será punido com a pena de censura;

(b) Ele será punido com a pena de suspensão;

(c) Ele será punido com a pena de exclusão;

(d) Ele não será punido pela OAB, porque não cometeu infração disciplinar.

8. Qual dos requisitos abaixo não deve constar do Contrato Social de uma Sociedade de Advogados?

(a) O prazo de duração da sociedade;

(b) O valor do capital social da sociedade;

(c) A proibição dos sócios de advogarem fora da sociedade (por conta própria);

(d) A responsabilidade limitada dos sócios pelos danos causados aos clientes.

9. O Código de Ética e Disciplina da OAB permite ao Advogado:

(a) Estipular os seus honorários em valores inferiores aos da Tabela de Honorários elaborada pela OAB;

(b) Divulgar a lista de seus clientes e suas causas, exceto as que corram em segredo de justiça;

(c) Substabelecer a um Colega, com reservas, o mandato judicial, sem conhecimento do Cliente/outorgante;

(d) Contratar seus honorários com a cláusula *quota litis*, para receber, em pagamento de seu trabalho profissional, um automóvel arrolado no processo de inventário que advoga.

10. Violou o Código de Ética e Disciplina da OAB o Advogado que:

(a) Emitiu uma Duplicata de prestação de serviços contra seu cliente, pelo valor do crédito de seus honorários advocatícios;

(b) Alegando sigilo profissional, recusou-se a depor como testemunha em favor de seu cliente;

(c) Defendeu o acusado de crime de seqüestro, seguido de morte, embora sabendo que o acusado é o verdadeiro autor do crime;

(d) Insistiu para que seu cliente aceitasse o acordo proposto pela outra parte, aconselhando-o a não ingressar em juízo.

## Direito Civil

11. Júlia Tavares da Silva e Mateus da Silva, casados pelo Regime da Comunhão Universal de Bens, decidem, em comum acordo, sem que direitos de terceiros sejam atingidos, passar seu casamento para o Regime da Separação de Bens. Dão entrada no pedido, onde apontam seus motivos.

- (a) A mudança do regime adotado para o de separação de Bens não poderá se dar porque o casal tem dois filhos, e tal mudança afetará a ordem de sucessão *mortis causa*;
- (b) A mudança do regime adotado para o de Separação de Bens não poderá ocorrer porque afetará os direitos de cada cônjuge quando da sucessão *mortis causa*;
- (c) Só poderão adotar o Regime da Comunhão Parcial de Bens, por não exigir este regime o pacto antenupcial;
- (d) A autoridade judicial poderá alterar o regime de bens como solicitado.

12. Sílvia Carvalho Pinho e Rui Pinho casaram em 15 de dezembro de 1996, pelo Regime da Comunhão Parcial de Bens. Têm 3 filhos: Júlia, 5 anos, Rafael, 3 anos, e Marina, 2 anos.

Em 18 de fevereiro de 2004, Rui Pinho sofre um AVC, ficando impossibilitado para os atos da vida civil. Sua interdição se faz necessária.

- (a) Carlos Pinho, pai de Rui, será de direito o seu curador;
- (b) Sílvia, mulher de Rui, será sua curadora;
- (c) A curatela de Rui se estenderá a seus 3 filhos;
- (d) Sílvia, em virtude do regime de bens que preside seu casamento, não poderá exercer a curatela.

13. Em matéria de posse, é correto afirmar que:

- (a) O justo título gera presunção *juris et de jure*, de boa fé;
- (b) O direito de retenção tem seu fulcro na cláusula geral de boa fé, subjacente a todos os contratos;
- (c) Pelo constituto possessório ocorre a aquisição da posse, sem a entrega material do bem;
- (d) A composses somente é admitida em relação aos bens indivisíveis.

14. Dá-se a *traditio breve manu* quando:

- (a) O possuidor de um imóvel em nome próprio passa a possuí-lo em nome alheio;
- (b) Se substitui a entrega material por ato indicativo do propósito de transmitir a posse;
- (c) A posse pode ser continuada com a soma do tempo do atual possuidor com a posse dos seus antecessores;
- (d) O possuidor de uma coisa em nome alheio passa a possuí-la como própria.

15. Guilherme propôs ação em face de Flávio cobrando, cumulativamente, duas dívidas, sendo uma decorrente de um contrato de compra e venda e a outra oriunda de um contrato de mútuo. Identifique, nesta hipótese, a espécie de cumulação de pedidos:

- (a) Cumulação simples de pedidos;
- (b) Cumulação alternativa de pedidos;
- (c) Cumulação sucessiva de pedidos;
- (d) Por serem contratos distintos, não poderá haver cumulação de pedidos.

16. Maria Clara propôs ação de cobrança em face de Larissa, a fim de satisfazer um crédito de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Contudo, por se

considerar o verdadeiro titular do crédito e desejando recebê-lo, Flávio pretende intervir na ação proposta por Maria Clara em face de Larissa.

Neste contexto, aponte a espécie de intervenção de terceiros que melhor atenda aos interesses de Flávio:

- (a) Assistência, pela qual Flávio auxiliará a defesa de Larissa contra a pretensão de Maria Clara, de modo a evitar o pagamento a quem não é titular do crédito, resguardando, assim, o seu direito de, por via própria, satisfazer o crédito que lhe é devido;
- (b) Cautelar incidental, mediante a qual Flávio sobrestará o curso da ação proposta e promoverá a indisponibilidade do valor que Larissa pagará a Maria Clara, resguardando, assim, o seu direito de, também por via própria, satisfazer o crédito que lhe é devido;
- (c) Nomeação à autoria, através da qual Flávio, em contraposição aos interesses de Maria Clara, afirmará ser o verdadeiro autor da pretensão e titular do crédito;
- (d) Ação de oposição, na qual serão réus, em litisconsórcio necessário, Maria Clara e Larissa, e pela qual Flávio postulará a procedência de sua pretensão e a conseqüente improcedência do pedido formulado por Maria Clara.

17. O usufruto estabelecido para beneficiar duas ou mais pessoas, quando se extingue gradativamente em relação a cada uma das que falecerem, denomina-se:

- (a) Usufruto simultâneo;
- (b) Usufruto temporário;
- (c) Usufruto sucessivo;
- (d) Usufruto universal.

18. A procuração outorgada a vários procuradores com esfera de atuação devidamente delimitada, cabendo a cada um agir apenas em seu setor, caracteriza:

- (a) Mandato plural fracionário;
- (b) Mandato plural solidário;
- (c) Mandato plural conjunto;
- (d) Mandato plural substitutivo.

## Direito Penal

19. Pedro, com o propósito de humilhar e denegrir a imagem de João, desferiu uma bofetada no rosto de seu desafeto. Analise a situação jurídico-penal de Pedro.

- (a) Pedro praticou o crime de injúria real (art. 140 § 2, CP);
- (b) Pedro praticou o crime de lesão corporal (art. 129, CP);
- (c) Pedro praticou a contravenção vias de fato (art. 21, LCP - Decreto-lei 3.688/1941);
- (d) Pedro não praticou nenhuma conduta típica.

20. Pedro, aborrecido com sua esposa Luana, que estava grávida de outro homem, logo após o parto mata o recém-nascido, sem o consentimento dela, com a intenção de evitar sua desonra.

- (a) Pedro praticou o crime de aborto provocado por terceiro (art. 125, CP);
- (b) Pedro praticou o crime de homicídio (art. 121, CP);
- (c) Pedro praticou o crime de infanticídio (art. 123, CP);
- (d) Pedro praticou o crime de abandono de incapaz (art. 133 § 2, CP).

21. O chamado "princípio de bagatela", considerado basilar em nosso ordenamento jurídico-penal, pode ser aplicado na hipótese de:

- (a) Havendo crime de roubo mediante grave ameaça, a vítima perdoa o sujeito ativo do delito;
- (b) Ocorrendo importação de produto proibido, mesmo que de valor expressivo quando considerado individualmente, não chega a ocasionar abalo nas finanças públicas;
- (c) Praticando-se crime de furto, a coisa subtraída não tenha valor significativo para seu dono;
- (d) Prática de crimes patrimoniais contra instituições financeiras de pequeno porte.

22. Em dificuldades financeiras, Anderson idealiza conseguir algum dinheiro às custas do filho de seu patrão. Para conseguir seu intento, resolve planejar um seqüestro, reunindo os petrechos necessários: adquire anestesia cirúrgica para controlar o menino, rouba um carro e aluga uma casa para se esconder. Entretanto, a segurança pessoal desconfia, de tanto ver Anderson rondando a casa, e chama a polícia, que prende o rapaz antes que ele consiga seu intento. Sendo assim:

- (a) Anderson responderá por tentativa de extorsão mediante seqüestro e tentativa de roubo;
- (b) Anderson responderá pelo crime de roubo consumado, mesmo tendo sido ato preparatório para o crime de extorsão mediante seqüestro;
- (c) Hipótese de crime impossível, pois Anderson não conseguiria realizar seu intento, tendo em vista a presença constante de seguranças;
- (d) Anderson responderá por roubo e tentativa de extorsão mediante seqüestro.

23. Sobre os crimes contra a honra, é correto afirmar-se que:

- (a) A retratação é causa excludente da culpabilidade;
- (b) O funcionário público que se sinta ofendido por outrem na sua honra tem legitimidade concorrente para representar ao Ministério Público ou deflagrar, ele mesmo, a ação penal privada (Queixa-Crime);
- (c) A ação penal privada subsidiária da pública está sujeita à perempção;
- (d) Nenhuma das alternativas acima está correta.

24. Assinale a assertiva correta.

- (a) Vem prevalecendo, no Superior Tribunal de Justiça, o entendimento segundo o qual a remição da pena é possível tanto pelo trabalho quanto pelo estudo do preso;
- (b) Considerando que a Lei dos Crimes Hediondos tem natureza processual, a vedação de progressão de regime aplica-se imediatamente aos processos em curso, mesmo em relação a fatos praticados anteriormente à sua entrada em vigor;
- (c) A nova lei penal que cria um novo delito de natureza permanente não se aplica a fatos cuja permanência iniciou-se antes de sua entrada em vigor, ainda que a conduta típica tenha persistido já na sua vigência;
- (d) A nova lei processual que diminui o prazo para a interposição de um recurso não se aplica a delitos anteriores que venham a ser processados já na sua vigência, tendo em vista seu caráter de *lex gravior*.

25. Assinale a assertiva correta.

- (a) Capacidade e possibilidade de agir são elementos normalmente exigidos, embora não indispensáveis, para o reconhecimento da tipicidade nos crimes omissivos impróprios;
- (b) Na apreciação do desvalor do injusto penal, basta a verificação do desvalor da ação, sendo irrelevante para a análise o desvalor do resultado;
- (c) No que tange ao consentimento do ofendido em Direito Penal, é indiferente se o bem jurídico sobre o qual recai o consentimento é disponível ou indisponível;
- (d) Não existe compensação de culpas no direito Penal; havendo concorrência de culpas, os sujeitos deverão responder, isoladamente, pelos resultados causados.

26. João, empresário, encontra-se com Maria, serventúria do banco em que sua empresa possui conta corrente, num determinado bar de Porto Alegre. Com o objetivo de manter relações sexuais com ela, João dá início a diversas investidas verbais tentando convencê-la a dirigirem-se ao seu apartamento, a fim de chegarem a um "entendimento". Maria não aceita o convite. João, então, passa a ameaçá-la com a perda de seu emprego, uma vez que o gerente do banco é seu amigo e lhe deve um favor. Premida pela ameaça, ela decide acompanhá-lo. No apartamento, Maria vem a ser coagida fisicamente a manter coito vaginal com João. Nesse caso, é correto afirmar que João praticou o(s) crime(s) de:

- (a) Estupro e assédio sexual;
- (b) Estupro;
- (c) Assédio sexual;
- (d) Constrangimento ilegal.

## Direito Trabalhista

27. Em caso de necessidade de serviço, o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, contudo, ficará obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a:

- (a) 10%;
- (b) 15%;
- (c) 20%;
- (d) 25%.

28. O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado quando o reclamante for dispensado sem justa causa, com aviso prévio indenizado, no seguinte prazo:

- (a) Até o quinto dia, contado da data da notificação da demissão;
- (b) Até o sétimo dia, contado da data da notificação da demissão;
- (c) Até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão;
- (d) Até o trigésimo dia, contado da data da notificação da demissão.

29. Quantas testemunhas, no máximo, podem ser inquiridas no procedimento sumaríssimo?

- (a) Quatro;
- (b) Seis;
- (c) Dez;
- (d) Não há limitação.

30. Os horários inicial e final da jornada noturna do trabalho rural são, respectivamente:

- (a) 20:00 h e 05:00 h;
- (b) 20:00 h e 04:00 h;
- (c) 21:00 h e 04:00 h;
- (d) 21:00 h e 05:00 h.

31. Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo será admitido recurso de revista quando:

- (a) Derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma;
- (b) Proferidas com violação literal de disposição de lei federal;

(c) Derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, convenção coletiva de trabalho, acordo coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional prolator da decisão recorrida interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho;

(d) **Forem contrárias à Súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violarem diretamente a Constituição Federal.**

**32.** Com relação à equiparação salarial é correto afirmar que:

(a) É irrelevante a circunstância em que o desnível salarial tenha origem em decisão judicial que beneficiou o paradigma, se decorrente de vantagem pessoal ou de tese jurídica superada pela jurisprudência de Corte superior;

(b) É necessário que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento;

(c) Considera-se trabalho de igual valor aquele que for feito com igual produtividade, cuja diferença de tempo de serviço entre pessoas não for superior a cinco anos;

(d) **O trabalhador readaptado a nova função, por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social, não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial.**

**33.** João Maria, que foi despedido sem justa causa, ajuizou reclamação trabalhista pleiteando somente o pagamento de férias, afirmando que, durante todo o pacto laboral, de 12/05/1997 até 15/11/2002, JAMAIS as gozou ou as recebeu do seu empregador.

Ajuizou a reclamação trabalhista em 20/03/2004 e a empresa argüiu a prescrição parcial da pretensão.

(a) **Não prescreveu qualquer pretensão, de nenhum período;**

(b) Estão somente prescritas as do período 1997/1998;

(c) As do período 1998/1999 são devidas na forma simples e não prescreveu esta pretensão;

(d) As do período 2002/2003 são devidas na forma proporcional e não estão prescritas.

**34.** Assinale a alternativa INCORRETA.

(a) O empregado que contar com menos de 12 meses de serviço, se pedir demissão, não fará jus ao recebimento de férias + 1/3;

(b) Em relação às férias, é assegurado ao empregado o direito de transacionar 1/3 de tal direito com o empregador, convertendo-o em espécie;

(c) Ao empregador que deixa de conceder o direito a férias na época apropriada é imposta a penalidade de ter que quitar junto ao empregado tal direito em dobro;

(d) O empregado deve ser pré-avisado de suas férias com antecedência mínima de 15 dias, sendo certo que deverá receber a respectiva remuneração em até 48 horas antes do início do gozo.

## Direito Comercial

**35.** Assinale a resposta correta:

(a) A companhia terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos acionistas será sempre ilimitada;

(b) A sociedade anônima não pode ter fim lucrativo;

(c) A contribuição do sócio para o capital social na limitada pode consistir em prestação de serviços;

(d) **Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.**

**36.** A Lei de Falências ( Lei n. 11.101/05) é aplicável:

(a) À Empresa pública;

(b) À sociedade simples;

(c) À sociedade empresária;

(d) Às associações reguladas no Código Civil.

**37.** Quanto aos títulos de crédito, assinale a alternativa CORRETA:

(a) Pode o portador promover a execução do cheque em até 6 meses, contados da expiração do prazo para apresentação para pagamento, que é de 15 dias;

(b) É de 10 dias o prazo para remessa da duplicata ao comprador, contado da data de sua emissão;

(c) O cheque se constitui numa ordem de pagamento à vista, sendo permitido o seu endosso total ou parcial;

(d) O endosso transmite a propriedade do título de crédito e se completa com a sua tradição.

**38.** Quanto à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, assinale a afirmativa INCORRETA:

(a) Estão excluídas de sua aplicação as instituições financeiras públicas ou privadas;

(b) A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor;

(c) Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, inclusive o decorrente de adiantamento a contrato de câmbio para exportação;

(d) O plano de recuperação deverá ser apresentado pelo devedor em Juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convalidação em falência.

**39.** Na modificação de um contrato social de uma sociedade limitada, a lei exige como "quorum" mínimo para que a deliberação dos sócios seja tomada:

(a) Os votos correspondentes a mais da metade do Capital Social;

(b) A maioria dos votos dos presentes à Assembléia Geral;

(c) Os votos correspondentes a 3/4 (três quartos) do Capital Social;

(d) A unanimidade dos votos dos cotistas integrantes do Capital Social.

**40.** Fábio, portador de Letra de Câmbio, necessita ingressar com ação cambial para fazer valer os direitos determinados no título, em face do inadimplemento do sacado. Sabendo-se que participaram da cadeia de endossos os amigos Luiz, Henrique e Frederico, e que Henrique inseriu cláusula proibitiva de endosso, indique a resposta certa:

(a) Fábio só poderá ajuizar ação cambial em face do sacado após o protesto do título;

(b) Frederico e Henrique têm a mesma obrigação cambial quanto ao direito de Fábio;

(c) Fábio não poderá ajuizar a ação cambial em face de Henrique;

(d) Frederico não tem direito cambial em face dos devedores indiretos.

**41.** Assinale a alternativa correta:

(a) A duplicata mercantil não é título hábil a legitimar o pedido de falência;

(b) O devedor comerciante não perde a administração de seus bens com a decretação da sua falência;

(c) O devedor comerciante condenado por crime falimentar não pode impetrar concordata;

(d) A concordata abrange tanto os créditos quirografários como os créditos com direito real de garantia.

42. Na sociedade por ações é possível:

- (a) Ter o capital dividido em ações e a responsabilidade dos acionistas ser limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas;
- (b) Privar o acionista de participar dos lucros sociais;
- (c) Criar ações ao portador;
- (d) Fixar o capital social expresso em moeda estrangeira.

## Direito Tributário

43. Lei que determina redução da base de cálculo do Imposto de Renda entra em vigor:

- (a) No primeiro dia do exercício civil seguinte ao da sua publicação;
- (b) Noventa dias após a sua publicação;
- (c) Na data da sua publicação;
- (d) No primeiro dia do exercício civil seguinte e noventa dias após a sua publicação.

44. Segundo o texto constitucional, são princípios que devem ser observados pela lei que traz nova disciplina para o Imposto sobre os Produtos Industrializados:

- (a) Seletividade, anterioridade e proporcionalidade;
- (b) Seletividade, progressividade e generalidade;
- (c) Não-cumulatividade, universalidade e noventena;
- (d) Não-cumulatividade, seletividade e noventena.

45. A Construtora Três Amigos Ltda., após vencer licitação promovida pelo Governo Federal, realizou obras de contenção de encostas em áreas consideradas sob risco de desabamento. Não obstante, o Governo não liberou o pagamento, que monta em R\$ 900.000,00. Por outro lado, a Construtora é devedora da União, pelo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, dívida já constituída e sob a qual não há dúvidas. Nesse caso, a contribuinte:

- (a) Poderá pleitear a extinção do crédito tributário por transação porque há lei que autorize;
- (b) Não poderá pleitear extinção do crédito tributário por compensação porque, para a hipótese, não há lei que autorize;
- (c) Poderá pleitear a extinção do crédito tributário por anistia desde que haja lei que autorize;
- (d) Não poderá pleitear a extinção do crédito por compensação, porque não há litígio quanto aos créditos envolvidos.

46. O princípio da anterioridade nonagesimal não se aplica:

- (a) Ao IRPJ, ao IPTU, ao IPVA e ao ICMS;
- (b) Ao Imposto de Importação, ao IRPJ, ao IPVA e ao ITR;
- (c) Ao IPTU, ao imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doações, ao imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários;
- (d) Aos empréstimos compulsórios para atender despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência, ao Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros, ao Imposto sobre a Exportação, ao Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza, ao imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários.

47. Assinale a alternativa que contém afirmação errônea:

- (a) O ICMS é um imposto que poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

(b) É facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas do ICMS nas operações internas, mediante iniciativa de um terço, aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

(c) Não incide o ICMS sobre importações promovidas por pessoas físicas não-contribuintes do imposto, seja qual for a finalidade da importação;

(d) O ICMS não compreenderá em sua base de cálculo o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos.

48. Consoante com o Código Tributário Nacional, é CORRETO afirmar a respeito do parcelamento:

(a) É modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário;

(b) Quando a legislação tributária não dispuser a respeito, o parcelamento extingue o crédito tributário de forma fracionada e continuada;

(c) O parcelamento afasta o cumprimento da obrigação acessória;

(d) O crédito não integralmente pago no vencimento é sujeito ao parcelamento independentemente de lei específica.

49. Consoante com a Constituição Federal, caberá à Lei complementar disciplinar determinadas matérias, EXCETO:

(a) Instituição de impostos pela União com base em sua competência residual;

(b) Dispor sobre substituição tributária no ICMS;

(c) Concessão de subsídios ou isenção, redução de base de cálculo de impostos, taxas e contribuições;

(d) Regular limitações constitucionais ao poder de tributar.

## Direito Administrativo

50. Marque a resposta CERTA. Autarquia:

(a) É pessoa jurídica de direito privado;

(b) É ente da Federação;

(c) É pessoa jurídica de direito público;

(d) Não tem personalidade jurídica.

51. Das afirmações abaixo:

I - A Lei nº. 8.666/93 prevê casos de dispensa de licitação para as situações em que a competição é inviável.

II - Nos casos de licitação por convite, a lei exige que sejam convidados pelo menos 4 (quatro) fornecedores de serviços previamente cadastrados nos registros competentes.

III - O pregão é modalidade de licitação para a Administração se desfazer de bens inservíveis.

IV - A tomada de preços é modalidade de licitação para a contratação de obras até o valor de R\$ 1.500.000,00( um milhão e quinhentos mil reais).

V - A concorrência é a modalidade de licitação cabível, qualquer que seja o valor de seu objeto, na compra de bens imóveis, ressalvadas as exceções previstas pela Lei nº 8.666/93.

(a) Todas as alternativas estão corretas;

(b) Somente as afirmativas I e V estão corretas;

(c) Somente as afirmativas IV e V estão corretas;

(d) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.

52. Em relação ao Poder de Polícia, pode-se dizer:

I - A punição aplicada com base em contrato administrativo é uma decorrência do Poder de Polícia.

II - A punição aplicada com base em contrato administrativo não é uma decorrência do Poder de Polícia.

III - O Poder de Polícia baseia-se num vínculo geral, incidindo genericamente sobre todos.

IV - A Administração, em razão do Poder de Polícia, pode suprimir direitos.

(a) A alternativa I é a única correta;

(b) A alternativa IV é a única correta;

(c) As alternativas II e III são as únicas corretas;

(d) As alternativas I e IV são as únicas corretas.

**53.** Sobre licitações, contratos administrativos e concessões de serviço público, assinale a alternativa correta:

I - O poder concedente a seu critério, em vista à inexecução total ou parcial do contrato, poderá extinguir o contrato de concessão mediante a declaração de caducidade da concessão ou poderá aplicar sanções contratuais.

II - Mediante lei autorizativa específica, o serviço será retomado pelo poder concedente, durante a vigência do contrato, por motivo de interesse público, e após prévio pagamento da indenização.

III - O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

IV - No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas.

V - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

(a) Somente uma assertiva está correta;

(b) Duas assertivas estão corretas;

(c) Três assertivas estão corretas;

(d) Todas as assertivas estão corretas.

**54.** Sobre intervenção do Estado na propriedade, assinale a correta:

I - A alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, à União, Estados, Distrito Federal e Municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.

II - Os concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público, ou que exerçam funções delegadas do poder público, poderão promover desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato.

III - No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

IV - No processo judicial de desapropriação, a contestação só poderá versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço; qualquer outra questão deverá ser decidida por ação direta.

(a) Somente uma assertiva está correta;

(b) Duas assertivas estão corretas;

(c) Três assertivas estão corretas;

(d) Todas as assertivas estão corretas.

55. A investidura em cargo ou emprego público:

- (a) Depende de aprovação prévia em concurso público para os cargos de provimento efetivo, com as exceções constitucionais;
- (b) Não depende de concurso público se o cargo for de provimento efetivo;
- (c) Não depende de concurso, bastando existir nomeação;
- (d) Depende sempre de concurso público de provas e títulos, independentemente da natureza do cargo.

56. Marque a opção correta:

I - O controle da Administração Pública é exercido por ela própria previamente e pelos Poderes Legislativo e Judiciário apenas posteriormente;

II - Os recursos administrativos com efeito suspensivo impedem a fluência do prazo prescricional;

III - A representação administrativa contra abuso de autoridade, dirigida à autoridade superior à que for acusada, é condição para o início de processo-crime contra essa mesma autoridade.

Analisando as assertivas acima, verifica-se que:

- (a) Apenas a I está correta;
- (b) Apenas a II está correta;
- (c) Apenas a II e a III estão corretas;
- (d) Todas estão corretas.

## Direito Constitucional

57. A respeito das constituições em geral e da evolução constitucional do Brasil, julgue os itens a seguir.

I - À luz do conceito jurídico de constituição, são regras formalmente constitucionais as que, por seu conteúdo, se refiram diretamente à forma do Estado, à forma do governo, ao modo de aquisição e exercício do poder, à estruturação dos órgãos de poder e aos limites de sua ação.

II - A primeira Constituição brasileira não foi elaborada e aprovada por uma assembléia constituinte, tendo sido outorgada pelo Imperador D. Pedro I.

III - Proclamada a República, promulgou-se, em 1891, a primeira Constituição republicana do Brasil, na qual se consagrava a federação como forma de Estado e o parlamentarismo como regime de governo.

IV - Após a Revolução de 1930, foi promulgada em 1934 uma nova Constituição, a qual, tendo como paradigma a Constituição de Weimar, instituiu no país uma democracia social. Essa Constituição durou somente até 1937, quando Getúlio Vargas outorgou uma carta autoritária, inspirada na Constituição polonesa então vigente.

V - No primeiro texto constitucional brasileiro não se concebia direito de voto às pessoas que não tinham renda líquida anual de cem mil réis; no texto subsequente, os mendigos não podiam alistar-se eleitores.

A quantidade de itens certos é igual a:

- (a) 1;
- (b) 2;
- (c) 3;
- (d) 4.

58. Acerca da convocação extraordinária do Congresso Nacional, analise as seguintes assertivas e, ao final, assinale a alternativa correta:

I - A convocação extraordinária do Congresso far-se-á pelo presidente do Senado Federal somente em caso de urgência ou interesse público relevante;

II - A convocação extraordinária do Congresso far-se-á pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante;

III - A convocação extraordinária do Congresso far-se-á pelo Presidente do Senado Federal, em caso de decretação de estado de defesa ou de intervenção federal, de pedido de autorização para decretação de estado de sítio e para compromisso e posse do Presidente e do Vice-Presidente da República;

IV - A convocação extraordinária do Congresso far-se-á pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de decretação de estado de defesa ou de intervenção federal, de pedido de autorização para decretação de estado de sítio e para compromisso e posse do Presidente e do Vice-Presidente da República.

(a) Somente a assertiva IV está correta;

(b) Todas as assertivas estão corretas;

(c) Somente as assertivas I e III estão corretas;

(d) Somente as assertivas II e III estão corretas.

59. Tendo em vista as afirmativas abaixo pertinentes ao devido processo legislativo constitucional, assinale a única opção correta:

(a) Os projetos de iniciativa exclusiva não admitem a alteração da redação original através da aprovação de emendas parlamentares em nenhuma hipótese;

(b) Um projeto de emenda constitucional rejeitado ou prejudicado em uma sessão legislativa jamais poderá ser reapresentado nesta mesma sessão legislativa;

(c) As medidas provisórias não podem tratar de matéria relativa a direito penal, processual penal e direito administrativo;

(d) As leis complementares serão aprovadas por maioria de dois terços.

60. Acerca de controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, assinale a opção correta:

(a) A legitimidade ativa para propositura de ação direta de constitucionalidade é idêntica também para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade, de ação direta de inconstitucionalidade por omissão e de arguição de descumprimento fundamental;

(b) A decisão do Supremo Tribunal Federal que julga inepta a petição inicial da ação direta de inconstitucionalidade gera efeitos contra todos e vinculantes aos demais órgãos da Administração Pública;

(c) Não existe hipótese jurisprudencial de uma decisão em recurso extraordinário produzir efeitos contra todos sem a intervenção do Senado Federal;

(d) As decisões havidas em sede de controle concreto, por via de exceção, sempre produzirão efeitos *erga omnes* e vinculantes, independentemente de qualquer outra providência do Supremo Tribunal Federal.

61. No ordenamento jurídico-constitucional pátrio, o plebiscito constitui consulta popular prévia sobre matéria política ou institucional, antes de sua formulação legislativa, enquanto o referendo constitui consulta posterior à aprovação de um projeto de lei ou de emenda constitucional, para ratificação ou rejeição, configurando um e outro instrumento de exercício da soberania popular. As noções conceituais de plebiscito e referendo aqui expendidas:

(a) Estão corretas, aduzindo-se que a convocação do plebiscito é de competência concorrente do Presidente da República e do Congresso

Nacional;

(b) Estão corretas, aduzindo-se que a convocação do plebiscito é privativa do Presidente da República;

(c) Estão corretas, aduzindo-se que a autorização de referendo e a convocação de plebiscito são da competência exclusiva do Congresso Nacional;

(d) Estão invertidas no que se relaciona ao momento de sua ocorrência, pois o referendo antecede a deliberação parlamentar, e o plebiscito sucede.

62. Complete as seguintes orações com as alternativas correspondentes:

A nova ordem constitucional (1) a anterior, sem necessidade de sua nova produção legislativa infraconstitucional, em decorrência do fenômeno denominado de (2), mediante o qual pode ocorrer, por exemplo, que uma lei ordinária venha a se tornar lei complementar.

Quando a nova norma constitucional vier a regular diferentemente a matéria versada pela anterior no todo, ou em parte, há, respectivamente, (3) e (4).

Uma lei ordinária, que já perdeu eficácia ante uma Constituição, não pode readquiri-la pelo surgimento de nova Constituição. Essa restauração eficaz, juridicamente condenável, chama-se (5).

A (6), inadmitida por parte da doutrina, significa que os preceitos da Constituição precedente que não conflitem com a nova Constituição são por ela recebidos como leis ordinárias.

(a) (1) derroga; (2) repristinação; (3) revogação; (4) ab-rogação; (5) constitucionalização; (6) desconstitucionalização.

(b) (1) revoga; (2) recepção; (3) ab-rogação; (4) derrogação; (5) repristinação; (6) desconstitucionalização.

(c) (1) torna ineficaz; (2) acomodação; (3) derrogação; (4) ab-rogação; (5) desconstitucionalização; (6) repristinação.

(d) (1) ab-roga; (2) constitucionalização; (3) ab-rogação; (4) revogação; (5) disjunção normativa; (6) repristinação.

63. No julgamento por crime de responsabilidade do Presidente da República, após aprovado o processo pela Câmara dos Deputados:

(a) Sob a Presidência do Presidente do Congresso, o Plenário do Senado julga o "impeachment";

(b) Sob a Presidência do Presidente da Câmara, o Congresso julga o "impeachment";

(c) Sob a Presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Senado Federal julga o "impeachment";

(d) Sob a Presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal, o julgamento se dará em duas fases, pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Plenário do Senado Federal.

## Direito Internacional

64. Ramiro, cubano, é casado com Antonia, portuguesa. O casal reside em Barcelona, Espanha, onde nasce sua filha Julia. Supondo que Cuba adote o critério misto e Portugal e Espanha o critério do *ius sanguinis*, marque a alternativa correta:

(a) Julia é natural da Espanha e tem as nacionalidades originárias da Espanha e de Portugal;

(b) Julia é natural da Espanha e tem as nacionalidades originárias de Cuba e Portugal;

(c) Julia é natural da Espanha e possui apenas a nacionalidade cubana;

(d) Julia é natural da Espanha e possui apenas a nacionalidade portuguesa.

65. Um americano, portador do visto de turista, é localizado trabalhando como atendente em um hotel de luxo situado na zona sul do Rio de

Janeiro.

Pergunta-se: Legalmente, o que a Polícia Federal poderá fazer com esse estrangeiro:

- (a) Expatriá-lo;
- (b) Expulsá-lo;
- (c) Extraditá-lo;
- (d) Deportá-lo.

66. O estrangeiro que foge para o nosso País porque é perseguido por questões religiosas em seu Estado de origem poderá pedir a condição de refugiado ao:

- (a) Alto Comissariado das Nações Unidas;
- (b) Comitê Nacional para Refugiados;
- (c) Conselho Nacional de Imigração;
- (d) Departamento de Polícia Federal.

67. O brasileiro que for nomeado para o cargo de magistrado do Tribunal Penal Internacional poderá receber do Ministério das Relações Exteriores um passaporte:

- (a) Comum;
- (b) Para estrangeiro;
- (c) Oficial ou de serviço;
- (d) Diplomático.

68. Uma procuração lavrada em um cartório suíço, devidamente consularizada e traduzida para o nosso vernáculo por intérprete juramentado, terá eficácia em nosso país se:

- (a) Não ofender a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes;
- (b) For homologada pelo STJ;
- (c) For ratificada pelo Presidente da República;
- (d) For publicada no Diário Oficial.

69. Leia as afirmativas abaixo e marque a opção correta:

I - O processo de opção de nacionalidade é protocolado na Polícia Federal.

II - O processo de naturalização é protocolado na Justiça Federal.

III - O Brasil adota o critério do *ius soli* para conceder sua nacionalidade originária.

IV - O Inglês pode se naturalizar brasileiro após um ano de permanência em nosso território.

- (a) I e II são verdadeiras e III e IV são falsas;
- (b) I e II são falsas e III e IV são verdadeiras;
- (c) Todas são falsas;
- (d) Todas são verdadeiras.

70. Em relação às sentenças estrangeiras é correto afirmar que:

- (a) Serão executadas pela justiça federal como título extrajudicial após serem homologadas pelo STF;

- (b) Serão executadas pela justiça federal como título judicial após serem homologadas pelo STF;
- (c) Serão executadas pela justiça federal como título judicial após serem homologadas pelo STJ;
- (d) Serão executadas pela justiça estadual como título judicial após serem homologadas pelo STJ.